

ANEXO A

O CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO

1. Antecedentes

Após o encaminhamento, à Assembleia Geral das Nações Unidas, do Relatório intitulado *O Oceano – Nosso Futuro*, como parte das comemorações do Ano Internacional dos Oceanos (1998) – proposto por Portugal –, é extinta a Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos (CMIO), presidida pelo Presidente Mário Soares e constituída para redigir aquele documento.

A CMIO foi composta por 40 personalidades das mais expressivas, ligadas ao Mar, convidadas individualmente. Uma dessas foi o então Ministro da Ciência e Tecnologia do País – Professor Doutor José Israel Vargas, que assumiu a Vice-Presidência para a América do Sul. Outro brasileiro convocado foi o Embaixador Luis Filipe de Macedo Soares Guimarães.

Por estímulo da CMIO, que considerou desejável a formação de comissões assessoras nacionais dos países nela representados, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO), na sede da Academia Brasileira de Ciências, sob cuja égide funcionou sua Secretaria-Executiva. Presidida pelo Prof. Israel Vargas, a CNIO era constituída por 17 membros, personalidades das mais representativas ligadas ao Mar.

Extinta a CMIO, a CNIO tem o mesmo destino. Porém, antes de encerrar suas atividades, decide organizar – com base em numerosos subsídios coletados durante seu funcionamento, seja na forma de seminários junto a universidades do País, seja nas conferências e palestras que promoveu –, um documento, de cunho mais executivo que, a par de sua utilidade a todos os estudiosos e interessados em atividades marinhas, fosse destinado, prioritariamente, às lideranças públicas do País, os tomadores de decisão capazes de influenciar no estabelecimento e/ou na execução de políticas, planos, programas e atividades voltadas para o Mar Brasileiro.

2. A primeira edição de “O Brasil e o mar no século XXI – Relatório aos tomadores de decisão do País”

Em 1998, no Centro Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro, em concorrida cerimônia, foi lançado o Relatório, que marcou época, a seu tempo, no cenário das ciências e atividades marinhas, em geral. Em nível nacional, foi distribuído, a seguir, a congressistas e membros interessados de maior escalão dos Poderes Executivo e Judiciário, incluídas autoridades proeminentes dos governos estaduais litorâneos.

Para a elaboração do livro, foram solicitadas consultorias às maiores autoridades nacionais em cada assunto. Submeteram-se os textos assim obtidos à comunidade nacional interessada no mar, em três *workshops* regionais, organizados junto à Universidade Federal do Ceará (UFC), à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ocasiões em que foram obtidas, mormente sob o enfoque regional, úteis sugestões, que ainda mais valorizaram seu conteúdo.

Sobre a obra, finalmente, há que realçar alguns aspectos que a distinguem, no contexto das congêneres:

- Em primeiro lugar, como já indicado, seu direcionamento preferencial aos tomadores de decisão do País. Para tal, ao final de cada um de seus 17 capítulos, que se estendem por 408 páginas, estão realçadas recomendações específicas.
- Tais capítulos, além dos assuntos mais enfocados em publicações de cunho marinho, como exploração de petróleo, recursos minerais, pesca, aquicultura, marinha mercante, portos, construção naval, ecossistemas costeiros, poluição marinha, desenvolvimento sustentável e ciência e tecnologia marinhas, também incluíram temas como direito do mar, segurança no mar, turismo marítimo e mentalidade marítima. Em resumo, conseguiu-se congregiar, em publicação única, as abordagens sobre todos os assuntos relativos ao Mar Brasileiro; e
- Finalmente, em caráter pioneiro, ao que se saiba, a inclusão, como anexo (comentado em capítulo próprio) de uma pesquisa nacional de opinião pública sobre o mar, que contém todos os seus aspectos, a uma.

3. O Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (Cembra)

Após a 1ª edição de “O Brasil e o Mar [...]” e extinta a CNIO, com o passar dos anos, começou a aumentar a preocupação dos membros remanescentes da Comissão com a necessidade de uma 2ª edição da obra, sob pena de perder-se todo o esforço inicialmente desenvolvido, pela desatualização. De fato, várias tentativas chegaram a ser esboçadas, mas não tiveram continuidade¹.

A *luz ao final do túnel* apareceu, ao final de 2008, após a publicação de um artigo que enfatizou tal impasse e a conveniência de que alguma entidade do País viesse a assumir a empreitada². De fato, na sequência, tiveram lugar, na Coppe/UFRJ, mais especificamente, no seu Espaço Centros e Redes de Excelência (Ecentex), entendimentos visando à 2ª edição de “O Brasil e o Mar [...]”. Cedo chegou-se ao entendimento de que, por mais importante que fosse a pretendida reedição, havia que mirar-se objetivo mais amplo no tempo e na abrangência. Começou aí o surgimento do Cembra.

Aprovado o escopo ampliado, começou-se a trabalhar, no contexto da metodologia de Centros de Excelência preconizada pela Petrobras e difundida pelo Ecentex, na elaboração de um texto conceitual que acabou prontificado – “Conceitos Básicos e Estratégia”³.

As seguintes efemérides marcam a constituição do novel Centro de Excelência:

- A 27 de agosto de 2009, realizou-se a primeira reunião da Comissão de Coordenação Executiva (1ª CCE/Cembra). Anteriormente, como indicado, fora prontificada a publicação “Conceitos Básicos e Estratégia”.
- No dia 2 de outubro de 2009, data da 2ª reunião da Comissão de Coordenação Executiva (2ª CCE/Cembra) foram cogitadas as providências preliminares referentes

¹ Junto à Comissão Nacional de Petróleo, em 2009, a que despertou maior expectativa.

² “A Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos – uma experiência memorável!” – Luiz Philippe da Costa Fernandes *in* Revista Energia & Economia nº 69, dez. 2008.

³ Centro de Excelência para o Mar Brasileiro – “Conceitos Básicos e Estratégia”, 5ª atual. Depto. Graf./BHMN, Niterói, 2010, 58 p.

ao primeiro projeto estruturante do Cembra – a reedição, atualizada e ampliada⁴, da publicação “O Brasil e o Mar no Século XXI – Relatório aos Tomadores de Decisão do País”.

- Na 1ª Assembleia Geral, a 24 de novembro de 2009, aprovou-se, por unanimidade, o Estatuto do Cembra e foram escolhidos seu Coordenador Executivo e os componentes do primeiro Conselho Fiscal. Pelo Estatuto, em seu Artigo 1º, é estabelecido que o Cembra, “com personalidade jurídica própria, é uma associação advinda do esforço cooperativo dos setores da sociedade brasileira, dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias, sempre que possível mediante a execução de projetos estruturantes, instituída na forma do Código Civil Brasileiro para fins não econômicos [e] sem fins lucrativos [...]”. Tem como propósito essencial “atender a anseios do País e da sociedade brasileira ligados a seu desenvolvimento socioeconômico e científico-tecnológico, alcançando e mantendo a supremacia em campos escolhidos do conhecimento e da exploração ligados ao Mar Brasileiro. Para tal, pela execução de estudos, ações, projetos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de ponta no Mar Brasileiro, buscará a valorização contínua e sustentada das instituições selecionadas para parcerias e das pessoas que conduzem os trabalhos; pela geração de tecnologias, processos ou serviços de alta qualidade; bem como de produtos, para uso próprio ou no mercado” (Artigo 5º).

A expressão “Mar Brasileiro” (ou também “Amazônia Azul”) corresponde à área de atuação primordial do Cembra e compreende a região oceânica, incluindo solo e subsolo, onde o Brasil detém direitos de soberania ou jurisdição, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (Artigo 9º). De acordo com o Artigo 11, são representantes órgãos e instâncias administrativas do Cembra, a Assembleia Geral (AG/Cembra), a Comissão de Coordenação Executiva (CCE/Cembra), o Conselho Fiscal e diversos Conselhos Técnico-Científicos. A AG/Cembra e a CCE/Cembra são constituídos por: Parceiros Fundadores (que participam dos rumos do Centro desde seus primórdios), Parceiros Estratégicos, Âncoras, especialistas e consultores diversos. Nos termos da metodologia adotada, Parceiros Estratégicos são os que asseguram o caráter de continuidade, de sustentabilidade, de importância reconhecida para a consecução dos objetivos do Cembra; Âncoras são os que, entre os Parceiros Estratégicos, assumem papel ainda mais relevante, por contarem com recursos e competências muito mais significativas que os dos demais, por assumirem um papel crítico e estratégico no destino do Cembra, ou, finalmente, por terem sido escolhidos para concentrar investimentos para a execução de projetos selecionados.

- Na 2ª Assembleia Geral, realizada no dia 2 de março de 2010, foi aprovado o Regimento Interno. Foi aprovado, igualmente, o logotipo do Cembra, após concurso efetuado na Escola de Belas Artes/UFRJ, tendo sido oferecido um prêmio para o melhor trabalho, pela Coppe.
- O Cembra foi inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a partir do dia 22 de junho de 2010, como uma Associação para fins não econômicos e sem fins lucrativos

⁴ Incluídos três novos capítulos: “Energia dos Oceanos”, “A Biotecnologia Marinha” e “Mudanças Climáticas”.

(nº **241121**). Seguiram-se as providências visando à obtenção do nº de inscrição no CNPJ do Cembra que é **12.383.198/0001-19**, com isso completando-se a personalidade jurídica do Centro.

Finalmente, são ainda consideradas efemérides, pela importância fundamental para o Cembra, a incorporação: da Marinha do Brasil (por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação); do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ); da Universidade Federal de Rio Grande (Furg); da Fundação de Estudos do Mar (Femar); e da Oscip Economia e Energia (e & e)⁵. Posteriormente, a Universidade Federal Fluminense (UFF) foi incorporada como Parceira Estratégica, o que constitui fator de força para o Cembra.

4. Composição do Cembra

Ora integram o Cembra, como representantes de suas instituições ou em caráter pessoal (especialistas):

Representantes de Parceiros Fundadores:

- **Vice-Almirante Marcos Sampaio Olsen**, Diretor de Hidrografia e Navegação, Representante da Marinha do Brasil. Seu suplente é o **Capitão de Mar e Guerra (RM1) Frederico Antonio Saraiva Nogueira (DHN)**.
- **Professor Dr. Carlos Antonio Levi da Conceição**, É professor titular da Escola Politécnica (Poli) e do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), sendo coordenador do Laboratório de Tecnologia Oceânica desta última, Representante da Coppe/UFRJ.
- **Dr. Gonzalo Velasco Canziani**, Diretor da Estação de Apoio Antártico (Esantar) da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Representante da Furg.

Representantes de Parceiros Estratégicos:

- **Almirante de Esquadra (RM1) Airton Teixeira Pinho Filho**, Presidente da Fundação de Estudos do Mar (Femar).
- **Prof. Dr. Sidney Mello**, Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu suplente é o **Prof. Dr. Cléverson Guizan Silva**.

Especialistas:

- **Almirante de Esquadra (Ref.) Marcos Augusto Leal de Azevedo – Coordenador Executivo**.
- **Vice-Almirante (Ref.) Luiz Philippe da Costa Fernandes**.
- **Vice-Almirante (Ref.) Lucio Franco de Sá Fernandes**
- **Capitão de Mar e Guerra (Ref.) Luiz Carlos Ferreira da Silva**.

⁵ Após a extinção da Oscip Economia e Energia (e & e), o antigo titular da instituição - Professor Carlos Augusto Feu Alvim da Silva - continuou no Cembra, na qualidade de especialista.

- **Professor Carlos Augusto Feu Alvim da Silva.**
- **Capitão de Fragata (Ref.) Basílio Vasconcellos Dagnino**

Consultor:

- **Capitão de Mar e Guerra (Ref.) Humberto Teixeira de Aguiar.**

Os currículos resumidos de tais integrantes constam do Anexo D.

5. Consultores da segunda edição

O Cembra registra e agradece as seguintes valiosas consultorias relativas aos capítulos indicados da segunda edição de “O Brasil e o Mar [...]”:

- Capítulo I – Comandante Alexandre Tagore M. de Albuquerque (DHN – CLPC/ONU).
- Capítulo III – Doutores Suzanna Carreiro Calache e Pedro Victor Zalán (Petrobras/E&P-EXP/GPE).
- Capítulo IV – Professor Dr. Segen Farid Estefen (Coppe).
- Capítulo V – Doutor Kaiser Gonçalves de Souza (SGB/CPRM/MME).
- Capítulo VI – Professores Drs. Fábio Hissa Vieira Hazin e Paulo Eurico F. Travassos (UFRPE).
- Capítulo VII – Professores Drs. Santiago Hamilton e Ronaldo Olivera Cavalli (UFRPE).
- Capítulo VIII – Capitão de Longo Curso Álvaro José de Almeida Júnior (CCLC) e Almirante Murillo de Moraes Rego Correa Barbosa (itens 5 e 7).
- Capítulo IX – Professor Paulo Roberto Ambrósio Rodrigues (Comexgate Com. As. Ltda.).
- Capítulo X – Professor Dr. Floriano Carlos Martins Pires Junior (Coppe).
- Capítulo XI – Professora Dra. Yara Schaeffer-Novelli (IO-USP).
- Capítulo XII – Professores Drs. Luiz Felipe Niencheski e Maria da Graça Zepka Baumgarten (Furg).
- Capítulo XIV – Professor Dr. Silvio Jablonski (Uerj).
- Capítulo XVI – Professora Dra. Valéria Laneuville Teixeira (UFF).
- Capítulo XVII – Professor Dr. Edmo J. D. Campos (IO-USP).
- Capítulo XIX – Comandantes Lucimar Luciano de Oliveira (Cembra) e Osmar Boavista da Cunha Júnior.

Algumas dessas consultorias constituíram os documentos-base para apreciação nos *workshops* organizados conjuntamente com três universidades do País, Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) e Universidade Federal do Ceará (Labomar/UFC), a fim de que fossem apreciados sob enfoque regional e para que a

comunidade nacional ligada ao Mar Brasileiro pudesse conhecer, previamente, os trabalhos até então desenvolvidos⁶.

Cabe, ainda, especial agradecimento à Marinha do Brasil, pela verificação e úteis indicações com respeito ao Capítulo II – O Brasil e a Segurança no Mar. Igual menção deve ser feita à contribuição prestada pelo Ministério do Turismo, no que se refere à área de sua competência, constante do Capítulo XIII – Turismo Marítimo. Finalmente, o reconhecimento ao Ministério da Ciência e Tecnologia⁷, que possibilitou o recebimento de um texto elaborado pela Doutora Maria Cordélia Soares Machado (CMA/SEPED/MCT) sobre o capítulo XV – Ciência, Tecnologia e Inovação.

6. Consultores da edição virtual

Os nomes dos consultores virtuais do Cembra e seus currículos resumidos constam do Anexo D.

7. Informações Gerais

A Secretaria Executiva do Cembra está instalada nas dependências da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil, localizada na Rua Barão de Jaceguai, S/N, Ponta da Armação, Niterói, RJ – CEP: 24048-900.

Detalhes sobre o Cembra, incluindo a edição virtual de “O Brasil e o Mar [...]” podem ser visualizados em www.cembra.org.br.

Comunique-se com o Cembra, utilizando o endereço eletrônico cemabra@gmail.com. Críticas, sugestões e comentários serão sempre bem-vindos.

⁶ Ver anexo C, a seguir.

⁷ Hoje denominado Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.